

ADRIANA LUCIA DA SILVA

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA RELEITURA CRÍTICA

FACULDADE ARAGUAIA

Goiânia 2010

ADRIANA LUCIA DA SILVA

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA RELEITURA CRÍTICA.

Monografia apresentada à Banca Examinadora do curso de Pedagogia da Faculdade Araguaia, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga, sob a orientação do Professor Ms. Antônio Evaldo de Oliveira.

FACULDADE ARAGUAIA

Goiânia 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Antônio Evaldo de Oliveira

Professor convidado**Nota : _____****Data : _____**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Todo Poderoso, que em sua infinita misericórdia me deu uma nova oportunidade de recomeçar e fazer a diferença na sociedade. Agradeço imensamente ao meu orientador professor, Antônio Evaldo de Oliveira, homem culto e inteligente, que generosamente dividiu seu tempo e conhecimentos comigo, com o objetivo de realizar esse trabalho da melhor maneira possível. Agradeço a minhas colegas de turma, mulheres dinâmicas que estão buscando formação acadêmica, como forma de se prepararem para fazer a diferença na sociedade. Agradeço também a todos os professores e professoras da Faculdade Araguaia, pois se este trabalho é hoje concluído é graças a contribuição de cada um deles, pessoas éticas e competentes que se dedicam a formação de profissionais que sejam comprometidos com o exercício da profissão. Agradeço a esta instituição de Ensino Superior por adotar uma metodologia que visa não só a formação profissional, mas também a formação crítica, fator esse primordial para ser um bom professor.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho acadêmico a pequena Sophia, anjo de candura que veio a esse mundo com o claro objetivo de tornar minha existência muito feliz. Dedico especialmente a meu esposo Devani, marido amoroso, amigo, companheiro e compreensivo, que sempre me incentivou e apoiou no decorrer desse curso superior, o qual também foi meu apoio e refugio nos momentos de aflição e meu braço forte nos momentos mais difíceis. Dedico a minha mãe Ana, mulher simples e guerreira que com seu exemplo de luta sempre me ensinou o grande valor do conhecimento. Dedico a minha irmã Raquel, pessoa que é muito importante em minha vida, é pela qual tenho grande afeto. Dedico a meu Pai Sinval, o qual mesmo tendo suas fraquezas também faz parte de todo esse processo de maneira importante. Dedico a minha falecida avó Maria, que foi com certeza a mulher mais determinada e generosa que tive o prazer de conhecer. Dedico a minha tia Ana Maria, que mesmo distante sempre torceu por mim e acreditou em meus objetivos. Dedico a minhas amigas Gizilene, Tayane e Maria Das Dores, companheiras fiéis de aprendizado, sem as quais não seria possível concluir esse curso e por quem tenho a mais profunda admiração e respeito. Finalmente dedico a Deus todo poderoso, pai de infinita bondade que me deu uma nova oportunidade de viver, e estar aqui hoje homenageando essas pessoas tão importantes.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

[Michel Foucault](#)

SUMÁRIO

RESUMO -----	08
---------------------	-----------

INTRODUÇÃO -----	09
-------------------------	-----------

CAPITULO 1

1. CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS AO LONGO DO TEMPO: HISTORIANDO O PROCESSO -----	11
1.1 Aspectos introdutórios-----	11
1.2 A educação no Brasil, da Colônia ao Estado Novo-----	13
1.3 Da redemocratização à atualidade: um período de grandes mudanças nas políticas educacionais-----	17

CAPITULO 2

2. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO-----	29
2.1 Um olhar sobre a construção do Plano Nacional de Educação-----	29
2.2 O Plano Nacional de Educação em discussão para o ensino fundamental e médio: aspectos importantes -----	33
2-3 CONAE 2010, a construção de um novo Plano Nacional para o período de 2011 a 2021-----	38

CONCLUSÃO -----	43
------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	45
---	-----------

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica discorre a respeito do Plano Nacional de Educação em uma perspectiva crítica, objetivando a partir da observação do seu processo de construção, compreender como são elaboradas as Políticas Nacionais de Educação e sua importância na continuidade e homogeneidade do Ensino Nacional. A pesquisa é fundamentada nas ideias de autores como ARANHA (2002), SAVIANE (2004), OLIVEIRA (2005), LIBANEO (2007), CARNOY (2009) entre outros. No primeiro capítulo é historiado o processo de construção das principais políticas educacionais no Brasil desde colonização até a atualidade, sendo destaque a redemocratização e a promulgação da LDB 9394\96. No segundo capítulo é historiado o processo de construção do Plano Nacional de Educação, são destacados alguns apontamentos sobre o Ensino Fundamental e Médio contidos no Plano Nacional e a conferência do CONAE, que discutiu as novas metas para o novo Plano Nacional de 2011 a 2021. Com a conclusão deste trabalho, percebemos o quanto é importante se conhecer o processo de construção do Plano Nacional, como forma de se nortear as práticas escolares e homogeneizar a educação no Brasil.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação, Educação Brasileira; Políticas Educacionais do Brasil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico busca discutir sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), demonstrar a forma com que um projeto político é elaborado, podendo assim conhecer seus objetivos e metas. Compreender todo esse processo de elaboração e os agentes nele envolvidos, é um passo importante para se observar se tais políticas estão sendo cumpridas.

O objetivo deste trabalho é compreender o processo de construção do Plano Nacional, as influências políticas, e os órgãos envolvidos neste processo. A análise bibliográfica do tema permite conhecer, avaliar e repensar os processos políticos nacionais, apoiado em autores como ARANHA (2002), SAVIANE (2004), OLIVEIRA (2005), LIBANEO (2007), CARNOY (2009) entre outros, para subsidiar a discussão que é levantada neste trabalho.

No período da colonização, os jesuítas se responsabilizaram pela elaboração e implementação de um modelo educacional no Brasil. Desde então vem sendo construída a educação nacional. Esta se estruturou sofrendo algumas influências em decorrência de mudanças políticas e econômicas do País. Reformas aconteceram de 1901 a 1925 e causaram mudanças, especialmente no Ensino Médio e na carga horária dedicada a determinados cursos.

A crise da educação elitista abriu precedentes para o início da discussão em vários setores da sociedade, principalmente, os ligados à cultura e à educação. A Semana de Arte Moderna de 1930 e, o Manifesto dos Pioneiros da Educação são exemplos da luta nacional por uma mudança em prol de uma educação igualitária e de uma cultura genuinamente nacional.

A promulgação da Lei 4.024/61 foi a primeira iniciativa para apresentar Diretrizes para todos os níveis educacionais. No mesmo ano surge no cenário nacional, a figura do educador Paulo Freire, que criou um método de alfabetização cuja idéia fundamental era a adequação do processo educativo às características do meio.

A Constituição Federal de 1934 instituiu o Conselho Nacional de Educação (CNE) para se incumbir da elaboração do Plano Nacional de Educação, que desde então vem sofrendo modificações. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394\96 causou grande impacto na Educação Nacional: a LDB estipulou em seu texto um prazo para a criação do Plano Nacional no modelo Decenal, porém esse só foi promulgado em 2001 após sofrer várias alterações no seu texto original.

O Plano prevê metas específicas para todos os níveis e modalidades da educação. O Ensino Fundamental e Médio é apontado ,neste trabalho, porque nele se encontra o maior número de alunos e, por apresentar a maior distorção no que se refere à evasão escolar e à idade\serie.

Para dar continuidade aos projetos instituídos pelo Plano Nacional, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) foi realizada para fortalecer as metas já existentes; nesta se abriu uma discussão sobre novos rumos a serem tomados pela Educação Nacional.

O Plano Nacional de Educação é aqui apresentado como um instrumento em prol da educação do País. Seus princípios de gestão democrática permitem algumas discussões muito amplas. Cabe ressaltar que não se trata de um plano de governo, mas sim um plano decenal, que permite aos Estados e Municípios construir seus próprios planos, a partir de seu modelo, fortalecendo características regionais, homogeneizando as oportunidades de ensino de toda a nação.

CAP. I - CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS AO LONGO DO TEMPO: HISTORIANDO O PROCESSO.

1.1 Aspectos Introdutórios

As políticas educacionais foram mudando com o passar do tempo, elas são as responsáveis por moldar a educação e garantir o cumprimento das metas estabelecidas para o ensino em todos os níveis.

Conhecer a História da educação é também uma forma de compreender sobre a História do País, sendo que, as transformações sociais e políticas que aconteceram com o passar do tempo, influenciaram na elaboração de projetos e na construção de uma legislação própria para a educação.

Para compreender o quanto as políticas educacionais causam impacto na sociedade, basta observar a importância que é dada a elas no que tange a sua função dentro de um quadro social. Segundo Bandão (Apud SAGMACS, 2004 p. 84)

A educação é hoje considerada como um fator de mudanças: um dos principais instrumentos de intervenção a realidade social com vistas a garantir a evolução econômica e a evolução social e dar continuidade á mudança no sentido desejado... Salieta-se, no entanto, um aspecto em que a educação representa investimento a curto prazo: é quando ela desempenha função de formação de mão de obra. Ao lado da formação da personalidade, da preparação necessária de cada cidadão para assumir obrigações sociais e políticas, a educação desempenha a tarefa de preparar para o trabalho, e influi substancialmente na criação de novos quadros de mão de obra com capacidades técnicas adequadas aos novos processos produtivos que o desenvolvimento introduz criando novos mercados de trabalho.

É possível perceber uma educação voltada para uma finalidade, que é garantir a escolarização de forma integral, valorizando a formação para o trabalho. Para isso, os projetos voltados para a educação têm cada dia mais privilegiado uma formação de curto prazo, com uma formação técnica, onde o estudante entra cada dia mais cedo em programas de capacitação profissional. Essa formação técnica e a entrada no mercado de trabalho impedem que esse aluno, ingresse no ensino superior. O jovem ao adentrar o mercado de trabalho passa a ter um perfil produtivo e capitalista, e não vê necessidade de uma formação além da que já possui. Fato que não é estranho, afinal

as políticas desenvolvidas a partir do Estado Novo, época que marcou muitas transformações econômicas no Brasil. privilegiaram esse perfil de escolarização, onde a maioria dos alunos que terminavam o ensino médio acabava buscando o ensino técnico, e uma minoria ingressava no ensino superior.

Assim, como a sociedade, a escola também passou por algumas mudanças. Questões políticas e econômicas influenciaram na elaboração tanto de políticas, quanto de projetos voltados para a educação. Coube a escola se inteirar dessas políticas e adequá-las a realidade local, sendo imprescindível para isso, que o gestor possua uma postura democrática, observando as mudanças que a sociedade vem sofrendo com o passar do tempo.

No que tange as mudanças tecnológicas e culturais, que vem interferindo na rotina da escola, observando o seu papel frente essas transformações e processo de mudança, Libâneo (2007, p.53) discorre que:

Pensar o papel da escola nos dias atuais implica, portanto, levar em conta questões sumamente relevantes. A primeira e, talvez, mais importante é que transformações mencionadas representam uma reavaliação que o sistema capitalista faz de seus objetivos.

Ao longo do processo, na medida em que vai ocorrendo mudanças políticas, econômicas e sociais, um novo cenário vai se formando, e dentro dele, a educação ocupa espaço, onde é possível perceber algumas características marcantes. Contudo, para compreender melhor o contexto em que essa educação foi construída, se torna necessário direcionar um olhar especial ao passado.

Destacando alguns momentos da História brasileira, que se refere à educação, se torna possível compreender, o quanto fatores externos a escola, influenciam nas políticas voltadas a educação.

A educação é muito importante e conforme destaca Brandão (2004), acontece na sociedade, em vários locais como na Igreja, na família ou em qualquer lugar onde haja pessoas se relacionado. Com isso a necessidade de se criar políticas que possibilitem uma formação integral, onde o cidadão se torne autônomo, crítico e competente é de suma relevância.

O aprendizado faz parte da condição humana, e o gosto pelo saber, a consciência

da necessidade de uma formação integral deve fazer parte da dia a dia de cada indivíduo, pois só o homem tem condições e capacidade, de mudar de alguma forma a sociedade e o mundo. Em relação à capacidade de mudar o mundo Freire (1996, p.54) afirma que:

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

A educação é uma forma de se superar esses obstáculos, para que isso aconteça é necessário que os professores, gestores de escola, pais, alunos e a comunidade em geral se comprometam com a escola e passem a conhecê-la e compreendê-la. Estudar as políticas e projetos educacionais é uma forma de se colaborar para a efetivação de uma educação para todos, que supere as desigualdades é que proporcione uma formação integral do educando.

1.2 A educação no Brasil, da colônia ao Estado Novo.

A educação no Brasil, no período colonial basicamente, se restringia a catequização dos índios pelos jesuítas e também dos filhos de colonos. Nesse processo, não havia uma política definida isso porque, o modelo educacional da época, possuía objetivos de cunho religioso, pois tudo o que se pensava em questões educacionais partia destes preceitos. Estes fatos estão associados a um jogo de interesses, tanto por parte da monarquia que pretendia manter a unidade e obediência dos colonos, quanto da igreja que desejava manter a fé católica. De acordo com Aranha (2002, p.99) em relação a esse ensino de cunho religioso a autora afirma que:

A intenção não é, porém, simplesmente difundir a religião. Numa época de absolutismo, a Igreja, submetida ao poder real, é instrumento importante para garantir a unidade política, já que uniformiza a fé e a consciência. A atividade missionária facilita sobremaneira a dominação metropolitana e nessas circunstâncias a educação assume papel de agente colonizador

Neste período, a escolástica era a metodologia utilizada para educar, associada a castigos físicos e uma abordagem educacional voltada aos moldes pregados pelo catolicismo. De acordo com Aranha (2002), somente com a vinda da família real para o Brasil que se começou a pensar num sistema de educação nacional, com vistas a

formar a elite. Entretanto, criou-se um ensino desvinculado em seus vários níveis, onde a preocupação maior era construir algumas escolas de nível superior e regulamentar o seu acesso (ARANHA 2002). A vinda de tantos nobres ocasionou uma das maiores transformações em se tratando de políticas voltadas para a educação naquele período. Onde se privilegiou a formação no ensino superior. Segundo Aranha (2002 p.148) “pode-se afirmar que objetivo das reformas pombalinas, de criar a escola útil aos fins do Estado passaria a ser concretizado, mas apenas no que diz respeito ao ensino superior.” Para se demonstrar o quanto este ensino era seletivo e de difícil acesso, basta observar que apesar das poucas estatísticas levantadas neste período, Aranha (2002, p.152) aponta os seguintes números. “Em 1864 haviam 8600 alunos matriculados nos estabelecimentos públicos e privados de ensino secundário; 826 alunos inscritos nas Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo; 116 alunos matriculados nas escolas técnicas”.

No período Republicano, aconteceram algumas Reformas Federais, principalmente em relação ao ensino secundário, entre 1880 a 1931 foram elaboradas a reforma Benjamim Constant, instituída pelo Decreto n 1075, de 22 de Novembro de 1880, onde visava proporcionar á juventude a instrução secundaria suficiente para ingressar nos cursos superiores da Republica, com ensino secundário com duração de sete anos.

A Reforma Epiácio Pessoa, em 1901, instituída pelo Decreto n 3914 de 26 de janeiro de 1901, onde o foco principal era proporcionar a cultura intelectual necessário ao ingresso em instituições superiores, com o objetivo de se formar bacharéis em ciências e Letras, ensino secundário de seis anos.

A Reforma Rivadavia Correia em 1911, instituída pelo Decreto n 8660 de 05 de Abril de 1911, onde se observa o objetivo de proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida, libertando-o da preocupação do curso preparatório, ensino secundário em regime de externato com duração de seis anos e de internato de quatro anos.

A Reforma Carlos Maximiliano de 1915 instituída pelo Decreto n 11530 de 18 de

Março de 1915, com o objetivo de ministrar aos estudantes uma instrução fundamental sólida, preparando-os para o vestibular em qualquer academia de maneira bem rigorosa, ensino secundário com duração de cinco anos.

A Reforma João Luiz Alves de 1925, instituída pelo Decreto n 16782-A, de 13 de Janeiro de 1925, é a base indispensável para matrícula nos cursos superiores, preparo geral para a vida e fornecer a cultura média geral do País, o ensino secundário de cinco anos para certificação e aprovação e seis anos para o bacharelado em Ciências e Letras. No período Republicano em relação aos conteúdos, houve uma redução da carga horária voltada aos estudos dedicados a Humanidade e aos Estudos Sociais. Dando especial atenção a matérias como Matemática e a Ciências. Em relação aos índices alcançados, são apontados os seguintes números, Comunicação e Expressão: 41,2 %; Ciências e Matemática : 27,3 %; Estudos Sociais: 13,3%, outras atividades : 18,2%. Aranha (2002).

O Ensino Superior, durante a Primeira República, manteve as mesmas características do Império, escolas isoladas subordinadas à legislação federal com predomínio do ensino profissionalizante. Já o curso técnico profissional era tão marginalizado pelo Governo Central quanto fora durante o Império. O normal destinado a formação de professores primários, deveria seguir os seguintes passos: curso primário, curso complementar e curso normal. Com as Reformas Francisco Campos em São Paulo se expandiu o os cursos ginasiais e aboliu-se o curso complementar sendo substituído pelo ginásio. Com isso o curso normal passou a ser um curso de segundo ciclo, sendo definido como uma atividade especificamente pedagógica. (Aranha, 2002).

A partir de 1920 a educação elitista entrou em crise, assim como diversos setores ligados a política, a cultura e a economia, refletindo em toda a sociedade culminando na Revolução de 1930, onde ocorreram diversas mudanças na educação brasileira. O que se tinha, até então, no País em matéria de educação, políticas e artes era mera reprodução dos modelos europeus. Artistas e intelectuais promoveram em 1922 a Semana de Arte Moderna, repleta de uma cultura autenticamente brasileira, e acendendo ainda mais o desejo de mudança. Semana de Arte que é retratada como um marco, tanto no que se refere a uma nova maneira de se expressar as artes como

poesia, música e outras manifestações, em fim, um novo modelo de cultura genuinamente brasileira,(ARANHA,2002).

No que se refere a um modelo educacional autenticamente brasileiro e de características próprias, de acordo com Antunha (Apud ARANHA 2002, p.150)

Foi durante o período republicano, principalmente de 1930 em diante, que se construiu o sistema educativo brasileiro, elaborado a partir de alguns princípios básicos, discutidos no decorrer da Primeira Republica e inscritos nas Constituições, de modo especial a partir da de 1934, embora muitas vezes desrespeitada na prática.

Na constituição Brasileira de 1934, os princípios da gratuidade e da obrigatoriedade por parte do Estado aparecem definidos no artigo 150 onde instituindo a educação primaria integral gratuita e sua freqüência obrigatória, se estendendo também aos adultos, estabelece também no artigo 149 que a educação é direito de todos, texto que passou a fazer parte das demais Constituições, e que representou uma vitoria no período.

De acordo com Aranha (2002), alguns fatores foram imprescindíveis para a Revolução de 1930, entre eles a criação da Associação Brasileira de educação (ABE) no ano de 1924, a pesquisa promovido pelo jornal O Estado de São Paulo sobre a educação, e por fim, as Reformas Educacionais promovidas por muitos Estados principalmente na década de 20. Entretanto não havia se construído um modelo de educação nacional.Para se observar que o Brasil ao longo da História não conseguiu criar um modelo de educação própria, basta observar o que relata Aranha (202 p.175) que:

No final da primeira Republica, em matéria educacional, pouco ou nada havíamos avançado em relação ao final do Império. Continuávamos sem um sistema de educação: o Governo Federal nada dizia e nada fazia em termos de ensino primário, que ficava ao encargo dos reduzidos recursos do Estado; o ensino secundário continuava minado pelo ensino irregular não seriado, tendo como principal objetivo preparar para o ensino superior; quanto a este, ainda não tínhamos uma universidade funcionando.

Após a Revolução de 1930, o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, moldado a partir dos principio da Escola Nova é considerado um marco histórico no que se refere à busca por uma educação igualitária. As idéias

principais defendidas pelo manifesto segundo Aranha (2002, p.177) são:

1 - a educação é vista como instrumento essencial de reconstrução da democracia no Brasil, com a integração de todos os grupos sociais.

2-A educação deve ser essencialmente pública, obrigatória, gratuita leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo ou tipo de estudos, e desenvolver-se em estreita vinculação com as comunidades.

3-A educação deve ser “uma só”, com vários graus articuladas para atender às diversas fases do crescimento humano. Mas, unidade não quer dizer uniformidade; antes, pressupõe multiplicidade. Daí, embora única sobre as bases e os princípios estabelecidos pelo Governo Federal, a escola deve adaptar-se às características regionais.

4- a educação deve ser funcional e ativa e os currículos adaptar-se aos interesses naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro de gravidade do problema educação.

5- todos os professores, mesmo os do ensino primário devem ter formação universitária.

Com a chegada do Estado Novo, a partir de 1930, a educação só começou a sofrer algum tipo de mudanças no período que vai de 1946 até 1964. A educação popular começa a se destacar, com o surgimento dos movimentos populares.

Segundo Cury (2009), após 1964, período da Ditadura Militar decidiu-se por um planejamento centralizado na forma burocrática estatal, onde foi determinado a secundarização do Plano elaborado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), onde os Planos elaborados estabeleceram metas inferiores àquelas apontadas pelo CFE. Os Planos seguintes propostos pelo governo militar não conseguiram apontar construir com eficácia um Plano de Educação, pois a Constituição de 1967 cortou vinculação financeira para a Educação escolar e alongou a obrigatoriedade dos anos de ensino.

1.3 Da redemocratização à atualidade: um período de grandes mudanças nas políticas educacionais

Em 1946 se criou um instrumento mais eficaz, que valorizou e fortaleceu a educação, a Constituição Federal promulgada neste ano, que estabeleceu como regra o ensino ministrado pelos poderes públicos. Contudo, a legislação educacional herdada do Estado Novo imperou até 1961 quando começou a vigorar a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (Lei 4024\61-LDB) .

Entretanto, mesmo com a criação da lei, várias campanhas paralelamente foram sendo difundidas tais como: a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), a de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial (Caec), entre outras que visavam desde a erradicação do analfabetismo até a implementação da educação rural, haviam movimentos voltados para a educação especial e da merenda escolar, (ARANHA, 2002)

A Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 foi a primeira a apresentar Diretrizes para todos os níveis educacionais. O projeto que resultou nesta Lei foi elaborado e chegou ao Congresso Nacional em 1948, ficou em discussão durante treze anos. Em relação à elaboração da Lei, Aranha (2002 p.189) afirma que “o assunto que mais empolgou o Congresso e que mais agitou a opinião pública e os educadores, especialmente nos últimos anos da discussão, foi à liberdade de ensino”.

Em 1961 surge no cenário Nacional a figura do educador progressista Paulo Freire, trabalhando um método de alfabetização denominado método Paulo Freire, onde, a idéia básica é a adequação do processo educativo às características do meio. Muito mais do que um método de educação, a figura deste educador marcou o País pela mudança de comportamento dos educandos, que passaram a se ver como agentes transformadores de sua própria sorte.

Pois de acordo com Freire (1996 p. 26) “nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.

A luta por uma educação autônoma para cada individuo, pode ser percebida na afirmação de Freire (1996 p.136) “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na historia.”

As afirmações de Freire surtiem um efeito tão contagiante, ao ponto de fazer com que pequenos grupos de alfabetização denominados círculos de cultura, se encaixassem em moldes de movimentos políticos, pois ao passo que o individuo ia sendo alfabetizado, acabava por se tornar um cidadão crítico, e ciente de seus direitos

e deveres tinha atitudes condizentes com sua nova condição.

Em relação a essa mudança de comportamento social do educando, de acordo com Freire (1996, p.32) “a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil.”

O período de efervescência política dos menos escolarizados foi curto, haja vista que em 1964 o regime militar que passou a vigorar no País. Várias reformas foram criadas, contudo a educação progrediu pouco, pois os projetos educacionais do período eram muito rígidos. Dando especial atenção ao Mobral e a utilização das cartilhas, que como relata Freire (1986) eram como uma roupa de tamanho único que ao mesmo tempo em que servia para todos, acabava não servindo pra ninguém.

É possível notar uma educação voltada somente para um determinado público, onde não é possível contemplar a coletividade se está não estiver ligada a algum grupo dominante. Nesse sentido, Pinto (1982, p. 37) ,afirma que:

Do ponto de vista do indivíduo, as probabilidades de receber educação diferenciada e de recebê-la em determinado grau dependem de sua posição no contexto social, da natureza de seu trabalho e do valor atribuído a este pelos interesses da consciência social dominante.

Os Movimentos Estudantis eram vistos como ameaça para o regime militar, em 9 de novembro de 1964 foi baixada a Lei 4.464, onde a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi substituída pelos Diretórios estaduais, que eram órgão ligados ao governo, que descaracterizou totalmente a função a que se destinava a UNE que passou a ser uma extensão do braço do Estado.

O período até 1985 onde foi eleito o primeiro presidente civil que após 21 anos foi marcado por uma Política Educacional, construída de acordo com modelo norte americano. Acordos firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência de Desenvolvimento, promoveram o conhecido acordo MEC-Usaid, onde a educação superior se tornou um funil, onde pouquíssimos alunos eram privilegiados com a oportunidade de ingressar. Enquanto se dava maior ênfase em se profissionalizar os alunos ainda no ensino médio.

Com a instauração da Assembleia Nacional constituinte em 1 de fevereiro de 1987, aprovada após vinte meses de discussão, garante em seu artigo 205 que “ a

educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A mesma Constituição, no artigo 214 estipula uma Lei complementar sobre a formulação do Plano Nacional de Educação, onde todos os níveis e modalidades da educação brasileira são observados. Apresenta como objetivos, erradicar o analfabetismo, criar um atendimento escolar universal, melhorar a qualidade de ensino, dar uma formação específica para o mercado de trabalho e promover uma formação humanística, com bases científicas e tecnológicas. com relação ao uso de novas tecnologias Libâneo (2007,p.53) destaca que:

A escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo.

Fato que não é visto com grande surpresa, afinal de acordo com Aranha (2002) as Constituições anteriores também apresentavam os mesmos objetivos, de universalização do ensino, de melhorar a qualidade e a formação específica. O que se nota no período é a falta de ações concretas. Fugir das meias palavras, para a formação de uma consciência crítica.

Com relação à finalidade da educação, segundo Pinto (1982, p.49) “a finalidade da educação tem que ser nacional em sua plena significação. Deve visar á transformação da nação, se é atrasada, em país progressista, no mesmo plano das comunidades desenvolvidas”.

Um dos objetivos da educação é a formulação de uma política educacional genuinamente nacional. É necessária a criação de uma legislação específica, que atenda todas as modalidades e características regionais existentes nesse País. É nesse contexto, que o deputado Octávio Elísio, em 1988 apresenta um projeto de lei, com Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Tal projeto ficou oito anos no Congresso Nacional, e foi substituído por outro elaborado pelo então Senador Darcy Ribeiro em 1993, em seguida voltou a câmara dos deputados e foi sancionado com poucas alterações em 20 de dezembro de 1996.

Conforme Aranha, (2002) algumas das principais inovações apresentadas por

essa nova Lei são, a gestão democrática do ensino público, contando com a participação de todos os profissionais da educação, pais de alunos e da comunidade em geral nos conselhos escolares. A educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Garantia do ensino superior, garantia de oportunidades educacionais para jovens e adultos e educação especial ofertada na rede regular para portadores de necessidades especiais.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira é uma forma de garantir aquilo que está escrito na Constituição Federal de 1988, pois com metas bem estabelecidas, determinando a responsabilidade do Estado em cada modalidade, assegura-se que a finalidade da educação não se perca, pois de acordo com Pinto (1982, p.33) “a educação é um processo exponencial, isto é, multiplica-se por si mesma ou com sua própria realização quanto mais educado o homem mais necessita educar-se e portanto exige mais educação”.

É justamente o fato de garantir essa continuidade na educação formal dos educandos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.393\96(LDB) representa a garantia de que as instituições educacionais serão capazes de atender tais alunos, e ainda mais, que o ensino será de qualidade e que gestores, educadores e a comunidade em geral irão fazer parte de todo esse processo.

Em um mundo globalizado, a informação, a participação, a formação continuada são muito importantes. Mas no campo educacional, além de todos estes fatores é necessário se pensar principalmente nas políticas que são elaboradas, pois existe todo um conjunto de interesses a serem atendidos.

Para Libâneo (2007), o neoliberalismo é um ideal fortemente associado ao processo de globalização. É uma ideologia que determina que para garantir o desenvolvimento de um País, basta liberar a economia e suprimir a intervenção social, pois o mercado se auto regula e o Estado deve ser mínimo.

Tal regulação onde o Estado se retrai, se dá a nível mundial, e como em um mundo globalizado, os modelos econômicos são regulados por organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI),

mesmo os projetos criados para a educação buscam atender as necessidades do capitalismo e por consequência destes organismos.

Observar a forma com que o capitalismo se organiza é um passo para compreender sua importância na educação. De acordo com Libâneo (2007, p.53) “o capitalismo para manter sua hegemonia, reorganiza suas formas de produção e de consumo e elimina fronteiras comerciais para integrar mundialmente a economia”. Esse modelo de organização exerce forte pressão para a formação de políticas, projetos econômicos e sociais. Para atender essa regulação de forma a atender o capitalismo, se estimula a concorrência, o consumo e a negociação das importações e exportações, como forma de se garantir a hegemonia.

A forma com que a educação é absorvida e moldada por esse modelo econômico é relatada por Libâneo (2007, p. 54) :

Os Países ricos realizam suas reformas educacionais, as quais, na maior parte dos casos, submetem a escolarização às exigências da produção e do mercado. Os organismos multilaterais vinculados ao capitalismo, por sua vez, tratam de traçar uma política educacional para os Países pobres. Inicialmente, o interesse desses organismos esteve voltado quase que exclusivamente para a otimização dos sistemas escolares, no intuito de atender às demandas da globalização, entre as quais a de uma escola provedora de educação que correspondesse à intelectualização do processo produtivo e formadora de consumidores.

É necessário direcionar um olhar crítico, e compreender verdadeiramente como o capitalismo age nas políticas e na sociedade, afinal, um modelo econômico causa impacto não só na área econômica, mas também na social. Há um conjunto de consumidores não só de produtos industrializados, mas de cultura de educação, de comportamento, em fim, a todo um conjunto de valores e interesses envolvidos no ciclo do capitalismo.

Não são somente as relações de consumo que vão sendo alteradas, mas também o modo de vida de todos os indivíduos. Quando o capitalismo diz que para atuar no mercado de trabalho as oportunidades acontecem mais rapidamente para aqueles que estão mais capacitados, ocasiona uma corrida para os cursos de formação técnica, estimulando a concorrência.

E mais do que isto, estimulam uma profissionalização mais rápida, haja vista que, sem salário o indivíduo não pode sobreviver. Com isso, ele deixa de ser um provável estudante do ensino superior, e se adequa ao que o mercado tem para oferecê-lo, ou seja, baixos salários e a instabilidade de um emprego que ele pode conseguir ou não manter, pois, o mercado está aberto a novas contratações sempre que aparecer uma pessoa mais capacitada. Para isso a escola exerce um papel muito importante. Segundo Libâneo (2007, p.53) “a escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo”.

É importante mencionar, a criação de uma tendência a uma formação técnica, o que contribui para que o ensino superior seja a cada dia mais moldado pelo capitalismo. Com isso, o Estado tem delegado a formação superior à rede privada, e os investimentos na manutenção e criação de novas instituições Federais e Estaduais têm cada dia mais diminuído, é sobre o que discorre Libâneo (2007,p.214), destacando que:

O País tem um dos menores índices de matrículas na Educação Superior da América Latina (7,7% dos jovens na faixa de 18 a 24 anos). Nos últimos oito anos , a matrícula nas instituições públicas foi de apenas 28% enquanto nas instituições particulares foi de 86%, em razão da redução do orçamento para o Ensino Superior, especialmente para as Universidades Federais.

O que se percebe é que as reformas educativas, também vão sendo construídas de acordo com as concepções criadas pelo neoliberalismo. Libâneo (2007) discorre que nos últimos 20 anos as Reformas e Políticas Educacionais elaboradas nos Estados Unidos e na Europa coincidiram com a recomposição do sistema capitalista, objetivando a reestruturação das políticas neoliberais.

A ordenação das prioridades na educação nos Países de maior desenvolvimento se dá de acordo com as políticas elaboradas tanto de ajuste, quanto de estabilidade. Na Europa o órgão responsável pelo controle e desenvolvimento de tais projetos é a Organização de Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE) e no restante dos Países fica a cargo do Banco Mundial (BM).

Com a elaboração de um modelo econômico mundial as reformas aconteceram de maneira determinante na busca da homogeneidade a nível mundial, surge à necessidade de reformas que atendam as prioridades estipuladas no que tange a educação. De acordo com Libâneo (2007, p.34).

A Reforma do Sistema Educativo torna-se prioridade, e, desde então, vêm sendo formuladas as estratégias de reforma que, na maioria dos Países, giram em torno de quatro pontos: o currículo nacional, a profissionalização dos professores a gestão educacional e a avaliação institucional.

Em 1990, o Brasil era governado pelo presidente Fernando Collor, período em que aconteceu a Conferencia Mundial Sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, promovida pela Organização das Nações Unidas Para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Foram estabelecidas algumas prioridades para a educação de Países do terceiro Mundo, em especial a universalização do ensino fundamental.

Com o afastamento do presidente Fernando Collor toma Posse de seu vice Itamar Franco, que juntamente com vários educadores de todo o País, em 1993, elaboraram o documento Plano Decenal de Educação Para Todos, foi articulado com finalidade de atender todas as modalidades de ensino no País. Entretanto, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, a política educacional nacional tomou um novo rumo, preferiu-se descentralizar a administração das verbas federais, elaborar um currículo básico para a educação, educação à distância, avaliação nacional das escolas, incentivo á formação dos professores e alguns parâmetros para a elaboração do livro didático prezando por sua qualidade,(LIBÂNEO,2007).

Tal postura adotada pelo presidente Fernando Henrique se dá por dois motivos, primeiro, busca atender as tendências internacionais de alinhamento as políticas neoliberais, e segundo seguir as orientações do (BM) e (FMI). Há todo um alinhamento nas políticas educacionais, buscando uma tendência a descentralização, que é comentada e vista de formas diferentes por alguns autores. De acordo com Cabral Neto (Apud LISITA & SOUSA 2003 p.30),

A descentralização que orienta as reformas governamentais da década de 90 preconiza a redefinição do papel do Estado, diante da crise caracterizada pela incapacidade de prestar serviços

essenciais á população e pela ausência de agilidade administrativa de suas burocracias governamentais.

Já Carnoy (2002), quando questionado sobre a descentralização, tem uma visão de que esse processo pode ser visto por ângulos diferentes, afirmando que seu sucesso não está no processo em si, mas na forma com que ele acontece. Pois de acordo com Carnoy (Apud LISITA & SOUSA 2003 p.31)

A descentralização provoca mudanças, que podem ser positivas ou negativas. É necessário ter mais assistência técnica, capacitação etc., portanto, a boa descentralização irá depender dos recursos humanos disponíveis. As escolas mais pobres, com menos recursos, levam desvantagens sobre as que recebem mais recursos.

A postura do Estado é de uma transferência antidemocrática de responsabilidades, haja vista que as localidades com menos recursos humanos e materiais acabam prejudicadas com esse modelo.

Com a transferência da responsabilidade do Ensino Fundamental para os municípios, o Estado que antes arcava com 2\3 das matricula e os municípios com 1\3 passa por um processo de inversão, onde os municípios passam a responder por mais de 49% das matriculas no Ensino Fundamental Público. Outro fato que não pode deixar de ser mencionado, é que mesmo havendo um grande aumento no numero de matriculas no ensino fundamental, de acordo com dados extraídos de documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2001) o Brasil possui mais de 30 milhões de analfabetos funcionais. (BREZEZINSKI,2003).Essas pessoas que mesmo tendo ingressado nos primeiros anos da educação básica, não conseguem escrever ou interpretar o que Lêem. Há por trás desta realidade um sistema que tem permitido que isso aconteça. De acordo com a afirmação de Brzezinski, (2003 p.32) relata que:

A meu ver esses analfabetos funcionais são vitimas de um processo irresponsável de descentralização de matriculas e de desconcentração de tarefas, sem que tenham sido garantidas condições mínimas de oferta de ensino de qualidade.

A melhoria na qualidade da alfabetização nas escolas é uma forma de se mudar

esse quadro vergonhoso, pois apesar do aumento no número de matrículas no ensino fundamental nos últimos anos, ainda não é possível declarar que os brasileiros estão alfabetizados.

As políticas de descentralização têm diminuído as chances de uma educação mais eficaz, os números de analfabetos funcionais provam isso. Outra questão relevante é que o Estado está cada vez mais distante da realidade da maioria dos brasileiros. Para que as políticas educacionais tenham condições de atender os anseios da sociedade Brzezinski (2003), sugere a participação popular na elaboração dos projetos, afinal são eles os principais interessados a este respeito, e tem condições de opinar, fazendo com que a elaboração de tais políticas se torne um processo mais autêntico e legítimo.

É importante ressaltar o que afirma Saviani (2004), que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394\96 (LDB), cabe a União a coordenação da política nacional de educação, mas não sua formulação. Cabe também ressaltar que no parágrafo primeiro do inciso IX do artigo nono da nova LDB estabelece que: “na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação (CNE), com funções normativas e de supervisão, e atividade permanente criado por Lei”. Com relação a uma formação de qualidade, Libâneo (2007, p.210) afirma que:

A qualidade social traduz-se na oferta de educação escolar e de outras modalidades de formação para todos, com padrões de excelência e de adequação aos interesses da maioria da população. Tem como consequência a inclusão social, por meio da qual todos os brasileiros se tornam aptos ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando soluções coletivas possíveis e necessárias à resolução de problemas de cada um e da comunidade onde se vive e trabalha.

O CNE é composto por duas câmaras: Educação Básica e Educação Superior, com atribuições deliberativas, normativas e de assessoramento ao MEC, onde cada câmara decide sobre assuntos de sua competência, que posteriormente serão submetidos a apreciação do Conselho Pleno.

A composição do CNE é de vinte e quatro membros, sendo doze para cada câmara, que são escolhidos pelo Presidente da República, onde metade dos

integrantes é escolhida, entre os componentes das várias associações de entidades civis ligadas à área de atuação das câmaras.

Na educação Básica cabe ao CNE a atribuição de deliberar a respeito das diretrizes curriculares, e outras seis atribuições de caráter normativo enquanto que no Ensino Superior, das nove atribuições, sedo cinco delas de caráter deliberativo como as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação: reconhecimento de cursos e habilitações: autorização, credenciamento e credenciamento de instituições: estatuto das Universidades e regimentos das instituições não universitárias: reconhecimento dos cursos de Mestrado e Doutorado.

Sobre essas atribuições Saviani (2004, p.9) discorre que “todas essas deliberações incidem sobre propostas e relatórios encaminhados ao MEC e só terão validade se homologadas pelo Ministro da Educação”. Sendo que também toda manifestação tanto do Conselho Pleno como das Câmaras estão submetidos à autorização do Ministério da Educação e do Desporto, sendo assim o CNE passa a assumir uma função de órgão que presta acessória ao ministério da educação.

A construção da Educação no Brasil, ainda é contraditória, pois ao passo que se tem uma Legislação própria da Educação, diga-se LDB 9394\ 96, que é prevista na Constituição Federal, as muitas Leis complementares que deveriam dar respaldo ao conteúdo da LDB, muitas vezes a enfraquecem. Ao mesmo tempo a falta de autonomia do Conselho Nacional de Educação dificultam a regulamentação e implementação, de ações concretas para a Educação no País.

No que se refere à forma com que as Políticas Educacionais definem a função da educação, em prol da sociedade, Brandão (2004, p. 60), afirma que:

Do ponto de vista de quem a controla, muitas vezes definir a educação e legislar sobre ela implica justamente ocultar a parcialidade desses interesses, ou seja, a realidade de que eles servem a grupos, a classes sociais determinadas e não tanto “a todos”, “à nação”, aos brasileiros.

As Políticas Educacionais assim como as Políticas econômicas do País recebem muitas influências externas, o que acaba alterando sua essência, e criando privilégios a

alguns grupos. Deixando de atender aquilo que a Constituição prevê que é uma educação para Todos, onde o Estado que é o responsável pela garantia deste direito, não consegue exercer plenamente seu papel. Nesse aspecto Libâneo (2007,p.192) relata que:

A Constituição Federal estabelece que a União deve usar 18% e os Estados e Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Essa receita inclui os impostos transferidos da União para os Estados e Municípios e dos Estados para os Municípios, o que não significa, porém, a receita bruta dos orçamentos Federais, Estaduais e Municipais. O orçamento global inclui impostos e outros tributos, tais como taxas e contribuições, empréstimos compulsórios, além de doações, legados e outras eventuais receitas.

Entretanto, se percebe que está questão do financiamento da educação não contempla as reais necessidades do País, a falta de uma regulamentação clara para esse setor, dificulta que recursos sejam encaminhados a educação, e que mesmo estes recursos sendo garantidos pela Constituição Federal, não tem conseguido atender a demanda dos projetos educacionais, justamente por falta de uma ação política eficaz que garanta a continuidade do financiamento destinado a educação.

CAP. II PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO.

2-1 Um olhar sobre a construção do Plano Nacional de Educação

Toda política vigente no Brasil, atualmente em sua maioria, tem sido fruto de reflexões e cobranças coletivas, realizadas de forma conjunta entre os Movimentos Sociais junto a órgãos governamentais buscando uma educação de qualidade para toda a população. Na educação pode-se destacar o processo de construção do Plano Nacional de Educação (PNE), que assim como várias outras propostas políticas, só se concretizaram após algumas tentativas, que se deram em períodos Históricos diferentes, com modelos e propostas diversas, mas com o objetivo comum de criar uma política unificada para a educação.

O primeiro e grande passo dado pela sociedade Brasileira na efetivação de um Plano de Educação, que abrangesse as reivindicações da sociedade e de educadores em geral, foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, que de acordo com Azanha (Apud LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOCHI 2007, p.153) torna-se “a mais nítida e expressiva tomada de consciência da educação como um problema nacional”.

O Manifesto dos Pioneiros, de acordo com Libâneo (2007), tinha como objetivo a reformulação da política educacional pautada em bases pedagógicas renovadas, com conceitos da escola nova. De maneira geral o manifesto propunha uma escola pública obrigatória, laica e gratuita, que tivesse um aspecto mais prático, voltada mais para a profissionalização e de acesso a todas as classes sociais, tendo como finalidade a construção de um conhecimento científico, que por fim daria início a perspectivas da racionalidade científica. Uma escola com cidadãos críticos e com conhecimento capaz de se reproduzir em maior escala.

Outra questão de grande relevância é que o Manifesto dos Pioneiros de 1932 entendia que para ser construído uma educação sólida, o instrumento necessário para sua efetivação seria um Plano de Reconstrução Educacional. De acordo com Horta (Apud CARNOY 2009, p.5)

[...] Em lugar dessas reformas parciais, que se sucederam, na sua quase totalidade, na estreiteza crônica de tentativas empíricas, o nosso programa concretiza uma nova política educacional, e nos preparará, por etapas, a grande reforma, em que palpitará, com ritmo acelerado dos organismos novos, o músculo central da estrutura política e social da nação. [...].

Em 1934 a Constituição Federal do Brasil, adotou parte do texto do Manifesto dos Pioneiros e definiu que o Conselho Nacional de Educação (CNE) se incumbisse da elaboração de um Plano Nacional de Educação, porém mesmo após sua elaboração, tal Plano não foi colocado em prática em virtude do golpe de 1937 em que concedeu a presidência da república a Getúlio Vargas até o ano de 1945. (LIBÂNEO, 2007).

O primeiro Plano Nacional de Educação foi criado em 1962, sendo baseadas na LDB de 1961, plano este que foi revisado duas vezes em virtude da lei que implantou o salário educação em 1965 e depois em 1966 pela lei que instituía o ensino ginasial voltado para a formação profissional.

A criação dos Planos seguintes seguiu uma lógica similar de acertos e erros, sempre se pautando nas legislações vigentes, juntamente com os modelos de educação praticados na época. Um ponto comum a todas estas tentativas de efetivação dos Planos e que se tornou um entrave para o sucesso de todos eles, sempre foi o problema do financiamento. Outra questão central que contribuiu para a não efetivação destes Planos era o cenário político em que se davam a elaboração dos mesmos (LIBÂNEO, 2007)..

Segundo Libâneo (2007), quando o Plano Nacional de Educação no Modelo Decenal foi aprovado, após ter seguido uma lógica de discussões, erros e acertos, mas com a fiel e notória vontade de se pautar nas necessidades educacionais vindas de movimentos ligados a sociedade civil. Buscava-se nesse momento, uma educação com uma personalidade, com características próprias que foram acontecendo nesse momento, devido as grandes mudanças na sociedade pós ditadura, e também pelo modelo econômico neoliberal.

Pensava-se em objetivos claros e metas a serem alcançadas, é nesse ponto que Libâneo (2007 p. 159) afirma que “a duração de dez anos possibilita a continuidade das políticas educacionais independentemente do governo, caracterizando-o mais como

plano de Estado do que como plano governamental, o que é uma das vantagens de sua aprovação como lei.”

Desvinculando a formatação do Plano Nacional De Educação de uma figura governamental, e associando-a como uma política pública Estadual e com metas claras, foi possível se fazer projeções a nível nacional daquilo que seria na opinião de muitos uma educação de qualidade, para assegurar essa medida, uma das exigências do texto aprovado era de que os Planos Estaduais e Municipais seguissem os mesmos parâmetros do Plano Nacional de educação. Tal atitude de se moldar uma política que torne homogênea e transparente as ações governamentais em relação às ações voltadas a educação, são uma forma de evitar, o que Freire (1996, p. 67) classifica como:

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no fatalistamente cínico que leva ao cruzamento de braços.

A LDB 9394\96 estipulou a criação do Plano Nacional de Educação em um prazo até 20 de dezembro de 1997, para atender tal exigência o Deputado Ivan Valente se antecipou ao Governo Federal na apresentação do Projeto de Lei n 4.155\98 sendo apensada pelo projeto de Lei 4.173\98 elaborado pelo poder executivo, sua tramitação foi em caráter de urgência, entretanto ele atravessou de uma legislatura a outra, e sua aprovação demorou quase três anos, (OLIVEIRA, 2005).

Em relação ao Projeto de Lei n 4.173\ 98 se observa os objetivos e a forma de planejamento adotada, onde o Ministro da Educação Paulo Renato Souza afirma:

A concepção de Plano teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a Emenda Constitucional n 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Considerou ainda iniciativas anteriores, entre as quais o Plano Decenal de Educação Para Todos, de 1993, bem como a experiência da atual política Educacional do Governo (...) que, pela adoção de várias iniciativas inovadoras e exitosas, indicou alternativas seguras para o estabelecimento para as políticas públicas de educação. (Câmara dos Deputados, 1998b: 5.989).

A Coordenação da Implementação do Plano Nacional de Educação foi

objeto de uma disputa política, onde sob a influência do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi escolhido o nome do Deputado Nelson Marchezam (PSDB\ RS) que apresentou um forte interesse pela aprovação do Plano, até porque era do mesmo partido do presidente da República, (OLIVEIRA, 2005).

O projeto de Lei do Deputado Ivan Valente de n 4.155\ 98 é fruto de debates e sugestões de diversos segmentos da sociedade civil ligados a educação que se reuniram em congressos como o Congresso Nacional de Educação (CONED) que aconteceu em Belo Horizonte nos anos de 1996 e 1997, este texto discutido no CONED, apresenta clara contraposição ao modelo educacional adotado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, para isso busca romper com a estrutura política educacional vigente, seguindo as seguintes metas:

Revogar imediatamente toda a legislação que impede ou fere a organização e o funcionamento democrático da educação brasileira (Lei 9162\95; Lei 9.131\95; Lei 9.394\96, Emenda constitucional 14\96, Lei 9.424\ 96, Decreto de Lei 2.208\97 entre outras). Instituir, no prazo de um ano, o Fórum Nacional de Educação enquanto instância deliberativa da política educacional brasileira. Redefinir, imediatamente, o Conselho Nacional de Educação como órgão normativo e de coordenação do Sistema Nacional de Educação, bem como sua composição e funções. Redefinir, imediatamente, os conselhos Estaduais e Municipais de educação Enquanto órgãos normativos e coordenadores das políticas educacionais, nos níveis estaduais e municipais. (Câmara dos Deputados, Projeto de Lei n 4.173 de 1998; 5.965)

Assim sendo, indo à contraposição ao texto de Ivan Valente e buscando ratificar na forma de projeto a política educacional vigente onde foi privilegiando principalmente a educação no ensino médio, dando força para as Diretrizes e observando a educação em seus vários níveis, o projeto de Lei n 4.173\98 é defendido pelo Ministro da Educação Paulo Renato Souza, no período de 1997 onde foi apresentado um primeiro modelo do Plano Nacional de Educação.

A concepção de Plano teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, Constituição Federal de 1988, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e a Emenda Constitucional n 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Considerou ainda iniciativas anteriores, entre as quais se destaca o Plano Decenal de Educação Para Todos, de 1993, bem como a experiência da atual política educacional do Governo (...), que pela adoção de várias iniciativas inovadoras e exitosas,

indicou alternativas seguras para o estabelecimento das políticas públicas de educação (Câmara dos Deputados, 1998b; 5.989 Projeto de Lei n 4.173\98).

Percebe-se uma intencionalidade em se dar ênfase ao projeto governamental, sob a forma de um desenvolvimento de metas e políticas próprias, ressaltando o Plano de Educação Decenal como instrumento para efetivação e apoio de tais projetos. O Plano Nacional de Educação foi concluído na gestão do Presidente Itamar Franco, herdeiro político de Fernando Henrique Cardoso.

2.2 O Plano Nacional de Educação em discussão para o ensino fundamental e médio: aspectos importantes.

Alguns índices educacionais serviram como ponto de partida para a elaboração do Plano Nacional de Educação, as matrículas realizadas no período de 1994 a 1997 teve variações diferentes nas faixas etárias que vão de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos .

Taxas de Escolarização Bruta e Líquida na Faixa Etária de 7 a 14 anos – 1994, 1996 e 1997

Ano	População 7-14 anos	Matrícula Fundamenta	Taxa Bruta %	Mat. Fundamental 7-14 anos	Taxa Líquida %
1994	28.931.666	32.132.736	111	25.782.541	89
1996	28.525.815	33.131.270	116	25.909.860	91
1997*	29.108.003	33.722.787	116	26.372.448	91

Fontes: MEC/INEP/SEEC e IBGE

*Dados Estimados para Matrícula

Notas: 1 – Projeção da População Residente 1994

2 – Contagem da População 1996 – Dados Preliminares

3 – Projeção da População Residente 1997

Os dados colhidos no período de 1994 a 1996 demonstram um aumento no número de matrículas no Ensino Fundamental, as metas e projetos construídos pelo Plano Nacional de Educação, tem objetivo de corrigir distorções idade\série e garantir a permanência e conclusão da escolarização dos alunos. Com o objetivo de universalizar

o acesso ao Ensino Fundamental e garantir a permanência das crianças de 7 a 14 anos, foram estabelecidos alguns programas específicos em colaboração entre a União, Estados e Municípios. Outra meta é integrar recursos do Poder Público, destinados à política social, nas três esferas do Governo, entre os programas dá-se destaque à bolsa escola (BRASIL, 2001).

Sobre a importância a implementação de uma política social, Saviani (2000, p. 121) afirma que “a política social é uma expressão típica da sociedade capitalista, que a produz como um antídoto para compensar o caráter anti-social da economia própria dessa sociedade”, com isso corrigir-se distorções, evasão escolar e fortalecer a escolarização. O Ensino Fundamental fica mantido sob a responsabilidade dos Estados e Municípios onde se destina 30 % de sua arrecadação, tendo sua verba complementada pela União.

Outra meta estabelecida bastante relevante é a elevação em 70 % o número de alunos que concluem o Ensino Fundamental, para isso determina a diminuição em 5% ao ano as taxas de repetência e evasão; regularizar o fluxo escolar de forma a reduzir para nove anos, até o final da década, o tempo médio de conclusão das séries do Ensino Fundamental. O Plano Nacional de Educação, busca assegurar a elevação progressiva do nível do desempenho dos alunos, para isso determina a implantação em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento, utilizando indicadores do Sistema Nacional, Estadual e Municipal de avaliação da Educação Básica que venham a ser desenvolvidas, (BRASIL, 2001).

As Diretrizes Curriculares são abordadas no Plano Nacional de Educação, em relação a elas foi estabelecido que em um prazo de três anos todos os Estados e Municípios tenham estabelecido suas Diretrizes, e que todas as escolas tenham formulado seus projetos pedagógicos, tendo como ponto de partida as sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes do Conselho Federal de Educação, e também dos conselhos estaduais e municipais (BRASIL, 2001). Em relação a concepção de currículo, de uma maneira ampla é importante destacar o que afirma Libâneo (2007, p.362):

O currículo é a concepção, a viabilização das intenções das intenções e das orientações expressas no projeto pedagógico. Há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagem pretendidos, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura.

O livro didático é observado em três itens do Plano, um deles é a garantia da ampliação do número de livros ofertados de quatro para cinco, nas quatro séries iniciais do Ensino Fundamental observando as áreas compostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, e também ampliar progressivamente a oferta do livro didático aos alunos das quatro séries finais do Ensino Fundamental, dando prioridade as regiões onde apresentam maiores deficiências nesta área. Outro item é a consolidação do programa de avaliação do livro didático, (BRASIL, 2001).

Pelo texto apresentado, a merenda escolar deve ser mantida na forma de colaboração entre União, Estados e Municípios, outra questão tratada é a instituição de Conselhos Escolares que assegurem a participação da comunidade nas decisões da escola, dando autonomia a estas no que se refere aos projetos pedagógicos e na gestão dos recursos públicos para a manutenção do cotidiano escolar. O texto prevê também a ampliação dentro de cinco anos o Ensino fundamental obrigatório para nove séries, com início aos seis anos de idade. Dar apoio e incentivo as associações estudantis, como forma de se proporcionar e garantir a cidadania. (BRASIL, 2001).

Ainda em relação ao ensino fundamental, o texto constitucional resultante da emenda n 14 de 1996 e juntamente com a LDB, incluem a Educação Infantil como prioridade dos municípios, recebendo compensação orçamentária da União para o atendimento de suas necessidades. A lógica determinada para a efetivação desse modelo é que a Educação Infantil passa a ser mantida e gerida pelos municípios juntamente com a orientação dos Estados através de conselhos Estaduais e coordenação da União, via Conselho Nacional de Educação, com isso acreditava-se construir uma ampla rede nacional voltada ao atendimento dessa faixa etária, (SAVIANE, 2000).

Partindo das observações feitas sobre os dados levantados no período de 1994 a 1996 nota-se uma tendência diferente do que aconteceu com a Educação Infantil. Pois o artigo 11 da LDB define que “os municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica”. Possibilitando com isso em colaboração com os Estados, um sistema de Ensino Fundamental coordenado nacionalmente, (SAVIANE, 2000).

**Taxas de Escolarização Bruta e Líquida na Faixa Etária de 15 a 17 anos –
1994, 1996 e 1997**

Ano	População 15-17 anos	Matrícula Médio	Taxa Bruta %	Mat. Médio 15-17 anos	Taxa Líquida %
1994	9.668.410	4.986.197	52	2.195.244	23
1996	10.369.060	5.739.077	55	2.525.326	24
1997*	10.579.019	5.933.401	56	2.610.833	25

Fontes: MEC/INEP/SEEC e IBGE

*Dados Estimados para Matrícula

Notas: 1 – Projeção da População Residente 1994

2 – Contagem da População 1996 – Dados Preliminares

3 – Projeção da População Residente 1997

A tabela demonstra certo aumento no numero de matriculas no Ensino Médio, porém inferior ao numero de matriculas do Ensino Fundamental, isso se dá pela grande evasão que ocorre nessa faixa etária. (OLIVEIRA, 2005) destaca que o Ensino Médio é observado no Plano Nacional de Educação, sendo este uma porta de entrada para o mercado de trabalho, para isso as metas estabelecidas buscam diminuir a distorção idade\ serie, e a taxa de evasão escolar. É necessário mencionar, que grande parte da diminuição das matriculas no Ensino Médio se deve as baixas taxas de conclusão do Ensino Fundamental e da grande taxa de repetência.

Com o objetivo de vencer esses obstáculos, foram estabelecidas metas específicas onde o primeiro ponto observado foi a necessidade da criação de políticas de gestão e infra estrutura física da educação básica, para isso Estados e Municípios onde as instalações físicas sejam adequadas para esse ensino. Outra meta importante é a ampliação da quantidade de escolas de Ensino Médio, sendo que as mesmas devem atender as necessidades de infra estrutura locais. Segundo Barreto (1998, p.20), sobre a responsabilidade da União em relação as políticas educacionais, afirma que:

Cabe a União também formular a política nacional de educação, expressa através de Planos Nacionais de Educação que incorporem as contribuições dos estados e municípios, dos profissionais da área e dos segmentos majoritários da população organizados. É ainda atribuição da União o estabelecimento de um núcleo comum de conhecimentos que devem constituir a formação escolar nacional básica a que todo o cidadão tem de ter acesso, bem como o suprimento das deficiências do ensino, quando estas ocorrem em larga escala. Assim sendo, o governo federal deve contribuir para sanar as extremas diferenças encontradas nos índices de escolarização das distintas regiões do país, que vêm se mantendo inalteradas por décadas, reforma após reforma educativa.

O texto apresentado pelo Projeto de Lei n 4.173 que foi aprovado prevê que no prazo de 5 anos 50 % da demanda por vagas no Ensino Médio, sejam atendidas e que no prazo de 10 anos 100% da demanda seja sanada. Com isso melhorar o aproveitamento dos alunos, sendo que estes tenham um bom desempenho em programas de avaliação como o do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), (BRASIL, 2001).

O texto aprovado para o Plano Nacional de Educação é bem claro em questões pontuais, e determina prazos para a solução dos pontos mais urgentes. Foi estabelecido como meta a redução de 5% ao ano a taxa de repetência e evasão escolar, de forma a reduzir para reduzir para quatro anos o tempo médio para conclusão deste nível escolar. Outra questão é que no prazo de cinco anos todos os professores do Ensino Médio deveriam possuir nível superior, sendo garantido a eles inclusive acesso a formação continuada especialmente capacitação para professores de ciências e matemática onde há uma grande demanda. Pelas metas estabelecidas em um prazo de cinco anos, todas as escolas disponham de bibliotecas, telefone e

reprodutor de textos. Dentro deste mesmo prazo se determinou que 50% das escolas disponham de material de informática sendo sanada na totalidade no prazo de 10 anos.

Para garantir a participação da comunidade na gestão escolar, é previsto a criação de conselhos escolares ou equivalentes como forma de incentivar a participação nos processos decisórios da escola. Fortalecendo e garantindo a autonomia da escola que passa a administrar seus recursos financeiros e desenvolver seus projetos pedagógicos. Onde também o espaço escolar deve incentivar as organizações estudantis buscando com isso a formação para a cidadania.

A participação da comunidade nos conselhos escolares fortalece as relações de diálogo, tomada de decisão, em fim em todo o processo de gestão da escola. Nesse sentido cabe salientar o que afirma LIBÂNEO (2007, p.328):

A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

A questão ambiental também é contemplada no Plano Nacional, sendo abordada como tema transversal, e ensinado de forma continua de maneira interdisciplinar, (BRASIL, 2001).

Percebe-se em relação ao Ensino Médio uma preocupação com o estabelecimento de prazos para o cumprimento de determinadas metas, como forma de se garantir que o cumprimento do que foi estabelecido. E a importância maior no final de todo esse processo é o sucesso da escolarização dos alunos, proporcionado a conclusão do Ensino Médio em idade adequada, sucesso no campo profissional ou no ingresso no Ensino Superior.

2.3 CONAE 2010, a construção de um novo Plano Nacional para o período de 2011 a 2021.

O Plano Nacional de Educação tem a clara e notória função de tornar a escolarização do País mais adequada e homogênea, para isso determina metas e um

determinado tempo para sua execução. A educação é um processo que acompanha as transformações que a sociedade vem sofrendo.

Pensando nisso, para dar continuidade do Plano Nacional de Educação no modelo decenal, se fez necessário discutir novas metas a serem implementadas a partir de 2010 quando entra em vigor o novo Plano Nacional de Educação. O momento determinado para isso foi a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, o Ministério da Educação cumpriu o compromisso institucional de sua organização, assumido, em 2008, durante a Conferência Nacional de Educação Básica.

Conforme se percebe, a importância de se elaborar em parceria as novas metas para o Novo Plano Nacional de Educação, é um ponto levantado na Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010, p.8):

A profícua parceria que se estabeleceu entre os sistemas de ensino, os órgãos Educacionais, o Congresso Nacional e a sociedade civil constituiu fator determinante para a mobilização de amplos setores que acorreram às conferências municipais ou intermunicipais, realizadas no primeiro semestre de 2009, e conferências estaduais e do Distrito Federal, no segundo semestre de 2009, além da organização de vários espaços de debate, com as entidades parceiras, escolas, universidades, e em programas transmitidos por rádio, televisão e internet, sobre o tema central da conferência – Conae: Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação, (Documento Final CONAE 2010, p.8).

A partir dessa mobilização foi possível a elaboração do Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), onde são apresentadas Diretrizes, Metas, ações políticas com a clara finalidade de uma educação igualitária, pautada na busca pela igualdade, respeito a diversidade, buscando alcançar uma educação inclusiva e de qualidade.

Durante a Conferência do CONAE 2010 foram inseridas 5.300 deliberações e propostas de emendas que foram sistematizadas pela Comissão Especial de Dinâmica e Sistematização (CEDS), onde foram colocadas em Plenária 2057 emendas onde forma aprovadas 694 emendas, na Plenária final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) foram aprovadas em definitivo 677 emendas,(CONAE, 2010).

Pela quantidade de emendas apresentadas, é possível perceber o grande

interesse em se dar continuidade ao que já tem sido discutido e estabelecido para a Educação Nacional. A busca por uma educação de qualidade, com respeito a diversidade é levantado como um ponto de grande relevância no documento final do CONAE. O diagnóstico da educação Nacional é outro ponto levantado pela conferência. (CONAE 2010, p.7)

O Documento-Referência Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação serviu de base consistente para as discussões coordenadas pela Comissão Organizadora Nacional, constituída por representação do governo e da sociedade civil, em todo o território nacional. Esse documento examinava a situação educacional brasileira e suas perspectivas, tendo por base os diferentes níveis, etapas e modalidades de educação, sob a ótica da qualidade e valorização da educação com a participação de amplos segmentos educacionais e sociais em todo o território nacional.

Assim sendo, documento final da Conferencia Nacional de Educação (CONAE) pode ser visto como uma garantia da continuidade da luta por uma educação de qualidade, haja vista que seu texto e emendas aprovadas, tem a clara intenção de dar continuidade a construção de uma educação Nacional, que respeite a diversidade e a cultura, onde as características regionais façam parte da construção de uma escola eficiente e capaz de formar cidadãos críticos e conscientes.

Estados e Municípios tiveram suas responsabilidades definidas, isso porque precedeu a Conferência Nacional de Educação (CONAE) um valoroso processo de discussão da educação. Onde foi diagnosticado cinco grandes desafios a serem vencidos. (CONAE 2010, p.12,13):

- a) Construir o Sistema Nacional de Educação (SNE), responsável pela institucionalização da orientação política comum e do trabalho permanente do Estado e da sociedade para garantir o direito à educação.
- b) Promover de forma permanente o debate nacional, estimulando a mobilização em torno da qualidade e valorização da educação básica, superior e das modalidades de educação, em geral, apresentando pautas indicativas de referenciais e concepções que devem fazer parte da discussão de um projeto de Estado e de sociedade que efetivamente se responsabilize pela educação nacional, que tenha como princípio os valores da participação democrática dos diferentes segmentos sociais e, como objetivo maior a consolidação de uma educação pautada nos direitos humanos e na democracia.
- c) Garantir que os acordos e consensos produzidos na Conae redundem em políticas públicas de educação, que se consolidarão

em diretrizes, estratégias, planos, programas, projetos, ações e proposições pedagógicas e políticas, capazes de fazer avançar a educação brasileira de qualidade social.

d) Propiciar condições para que as referidas políticas educacionais, concebidas e efetivadas de forma articulada entre os sistemas de ensino, promovam: o direito do/da estudante à formação integral com qualidade; o reconhecimento e valorização à diversidade; a definição de parâmetros e diretrizes para a qualificação dos/das profissionais da educação; o estabelecimento de condições salariais e profissionais adequadas e necessárias para o trabalho dos/das docentes e funcionários/as; a educação inclusiva; a gestão democrática e o desenvolvimento social; o regime de colaboração, de forma articulada, em todo o País; o financiamento, o acompanhamento e o controle social da educação; e a instituição de uma política nacional de avaliação no contexto de efetivação do SNE.

e) Indicar, para o conjunto das políticas educacionais implantadas de forma articulada entre os sistemas de ensino, que seus fundamentos estão alicerçados na garantia da universalização e da qualidade social da educação em todos os seus níveis e modalidades, bem como da democratização de sua gestão.

Ao vencer tais desafios , a educação Nacional caminhará para um novo patamar, sabe-se que são desafios grandes, e que sua solução perpassa por vários caminhos, onde interesses políticos e investimentos financeiros devem ser bem discutidos, o documento final do CONAE representa um olhar focado na educação na atualidade, com objetivos para melhorá-la no futuro, porém com assoes que se dão de maneira continua , juntamente com um processo de discussão entre os vários setores da sociedade .

O Plano Nacional de Educação, é o meio pelo qual se tornou possível a articulação e implementação de uma Política Nacional de Educação, onde os diversos Estados e municípios do País passaram o ofertar um ensino homogêneo. Sendo assim a melhor forma de se assegurar que as metas, os objetivos e projetos contidos no Plano Nacional é conhecê-lo, para utilizá-lo como um instrumento eficaz para assegurar uma educação de qualidade. Em relação a importância da educação é relevante analisar o que afirma Pinto (1982,p.49)

A finalidade da educação não se limita á comunicação do saber formal, científico, técnico, artístico etc. [...], porém o que se intenta por meio dela é a mudança da condição humana do individuo que adquire o saber [...] o homem que adquire o saber, passa a ver o mundo e a si mesmo de outro ponto de vista. Por isso se torna um elemento transformador de seu mundo.

A construção de uma educação de qualidade está intimamente ligada, a elaboração de políticas voltadas para esse fim. Sendo assim, o Plano Nacional de Educação é um meio eficaz de articulação entre currículos, projetos, metas e ações concretas no sentido de se construir um Modelo Educacional Nacional. Desta forma levantar as maiores necessidades, com vistas a resolver problemas e conflitos na educação. De acordo com Libâneo (2007, p.153):

A elaboração de um Plano Nacional de Educação pressupõe alguns motivos que o exijam. Isso significa que deve ser constatada a existência de determinado problema para, então, buscar soluções para ele, formular uma política e um Plano de Implementação. Ocorre que um problema nacional, como problema governamental, só existe com uma percepção coletiva. Não basta, assim, somente algumas pessoas terem consciência do problema; é preciso que existam pressões sociais coletivas para que determinado aspecto da realidade seja considerado um problema.

Sendo assim, a importância do Plano Nacional de Educação está intimamente ligada as necessidades educacionais levantadas pela sociedade. Ao passo que se constrói uma política voltada para a coletividade, tem-se a oportunidade de atender um numero grande de pessoas, com uma educação de melhor qualidade em todas as regiões do País sem, contudo se desvincular das características culturais regionais. O fato de se conhecer o conteúdo do Plano Nacional de Educação é um meio, de se garantir que as metas nele contidas serão respeitadas e cumpridas.

Quando gestores e educadores passam a conhecer o processo de elaboração das políticas educacionais, principalmente o Plano Nacional de Educação se começa um processo muito rico de troca de informações, de conhecimento da articulação entre as políticas educacionais e sua ação escolar. É mais fácil se colocar em prática algo que se conhece bem, então conhecer bem as políticas educacionais é uma forma de se garantir sua implementação na vida escolar.

CONCLUSÃO

A educação é o meio pelo qual os indivíduos, de toda uma sociedade, que tenham acesso a ela, tornem-se capazes de alcançar alguns objetivos como: uma profissão, uma identidade, a capacidade de diálogo e compreensão social.

Estar matriculado em uma instituição, por si, só não garante um processo de escolarização de qualidade. E a escola sem apoio de um projeto sólido que garanta sua autonomia, que perceba o ensino de maneira global não consegue sozinha atender às necessidades educacionais de uma comunidade.

O Plano Nacional de Educação muito mais do que um projeto político, é um instrumento na luta por uma educação nacional de qualidade, onde os diversos agentes participantes deste processo são contemplados, de forma a proporcionar uma igualdade no ensino sem, contudo, abrir mão de valores culturais e regionais.

A maneira com que o Plano Nacional se articula entre Estados e Municípios permite a continuidade dos projetos educacionais, sendo estes adaptados à realidade local, valorizando a gestão democrática das escolas e os diversos níveis e modalidades educacionais.

Ao conhecer o Plano Nacional de Educação, foi possível compreender a importância de uma política tão ampla, em que a educação é vista de maneira global, desde a Educação Infantil até o Nível Superior. A criação de metas, para cada um desses níveis e modalidades, permite projetar a educação a longo prazo e, ao mesmo tempo, levantar dados relevantes que possibilitem analisar o que funciona bem, e mudar o que for necessário.

O CONAE 2010 é uma ação concreta nesse sentido. No momento em que se discutiu a construção do novo Plano Nacional, novas metas foram levantadas e novas necessidades educacionais foram apontadas. Assim o processo de construção de uma Educação Nacional torna-se cada vez mais democrático, sanando possíveis falhas anteriores e propondo novas metas de forma a melhorar as propostas contidas no Plano Nacional de Educação.

Um trabalho monográfico sobre esse tema torna-se muito amplo, sendo possível fazer várias discussões. Acredita-se ser necessário, para trabalhos futuros discutir sobre os vetos feitos na elaboração do Plano Nacional de 2001 a 2011, e também fazer uma discussão sobre Sistemas de Ensino, como forma de ampliar os conhecimentos a respeito do assunto.

As políticas nacionais de educação são uma forma concreta, de se trabalhar na busca da articulação entre currículos, conteúdos, projetos, metas, e ações pedagógicas em prol de uma escola de qualidade, onde os valores culturais, humanos e regionais se unam, e como resultado, apontem o caminho para uma formação crítica e de qualidade para todos aqueles que tenham acesso a ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lucia de. **A História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2002.
- BARRETO, Elza Siqueira de Sá. **O ensino fundamental na política nacional de Educação**: alguns aportes. Em Aberto, Brasília, ano 7. n. 38, abr./jun. 1988.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. **PNE**. Brasília: Inep. 2001.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n 4.173 de 1988** (do Poder Executivo). **Institui o Plano nacional de Educação**. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília: 12\03, p.5.986-6.018, 1998b.
- CARNOY, Carlos Roberto Jamil. **Por Um Plano Nacional de educação: Nacional, Federativo, Democrático e Efetivo**. PUC Minas: 2009.
- LIBANEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LISITA, Verbena Moreira S. de S. SOUSA, Luciana Freire E. C. **Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- OLIVEIRA, Rosimar de Fátima. **Revisitando os Mecanismos de Formulação do Plano Nacional de educação: Considerações sobre o Processo Decisório**. Universidade Federal de Vassouras: 2005.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez, 1982.
- SAVIANI, Demerval. **Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional , 5 ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.